

IDENTIDADE E ENSINO DE HISTÓRIA: UM ESTUDO DE LIVROS DIDÁTICOS¹

DIEGO DA LUZ NASCIMENTO²

INTRODUÇÃO

Este estudo consiste na análise de livros didáticos e paradidáticos que tratam a respeito da história local do município de Guarapuava/Pr, sendo alguns deles utilizados na rede municipal de ensino do referido município e outros produzidos com o intuito de servirem de material de apoio, sendo considerados pelas autoras enquanto livros paradidáticos. Esses livros foram publicados entre os anos de 1980 a 1990, e buscamos com sua análise perceber a concepção de história e de ensino de história contidas nos documentos, bem como analisar a forma com que o discurso apresentado nos textos é construído e como ele busca atingir foros de um modelo de ensino, observando também em que medida a construção identitária se faz presente e suas motivações³. Percebemos que o conteúdo destes livros contém a escrita de uma história que tende a legitimar certos acontecimentos, personagens e uma “determinada parcela social” do lugar.

O olhar para as fontes partindo da problematização historiográfica nos permite discutir vários aspectos referentes à história cultural, história política e econômica. Sendo esses manuais livros escritos com o intuito de servirem como material didático e paradidático para ser utilizado no ensino de história das escolas locais, procuramos compreendê-los com vistas aos problemas colocados pela temática do ensino de história, percebendo como a identidade, a escrita da história e a parcialidade destes escritos se apresentam enquanto produções que vão ter espaço nas salas de aula.

Neste texto propomos, num primeiro momento, uma leitura mais geral a respeito do conteúdo dos manuais, sem nos deter em críticas pontuais de um ou de outro, ficando

¹ Esta pesquisa é desenvolvida sob a orientação do Professor Dr. Sebastião Peres.

² Graduado no curso de História/Licenciatura pela Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO, especialista em Arte-educação pelo Instituto Superior de Educação da América Latina – ISAL, mestrando em história pelo PPG da Universidade Federal de Pelotas – UFPel.

³ Os referidos livros foram escritos por duas autoras: Alcioly T. Gruber de Abreu e Gracita G. Marcondes, que dedicaram grande parte de sua vida profissional à pesquisa do que se pode chamar de uma “história de Guarapuava”.

esta atividade para outros trabalhos. Depois, buscando uma melhor maneira de compreender aquilo que entendemos com identidade em nossas fontes, faremos uma breve discussão sobre o referido conceito e como ele é trabalhado por alguns autores, tanto para os que acreditam nas explicações pautadas pelo conceito, tanto para aqueles que nem mesmo acreditam em sua validade.

GUARAPUAVA: UMA “HISTÓRIA DE LUTA E TRABALHO” CONTADA POR “NOSSA GENTE”

Neste trabalho tomamos como fonte quatro livros, sendo estes: “Guarapuava: história de luta e trabalho” de 1998, escrito por Gracita Gruber Marcondes, “Escravidão e trabalho” de 1991 e “Símbolos de Guarapuava” de 1988, de Alcioly T. Gruber de Abreu e Gracita G. Marcondes, e “Nossa gente conta nossa história” de 1986, organizado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, mas também com seu conteúdo constituído de pesquisas e textos das duas autoras. O último manual ao qual nos referimos foi produzido e publicados com aval e apoio – em algum momento – da Secretaria Municipal de Educação e da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava, a FAFIG, que no final da década de 1980 se transformou em Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO, da qual as autoras são professoras aposentadas⁴.

O principal elemento que dá suporte às discussões que pretendemos engendrar é de que o conteúdo destes livros faz parte de uma história apologética em relação ao município, bem como narra “grandes fatos” da história local, apresentando seus respectivos “heróis”. Desta forma, faz-se necessário observar que se trata da reafirmação de uma identidade, sendo que isto toma proporções diferentes a partir do momento em que essas idéias são materializadas em livros didáticos. Assim, nossa intenção é olhar para as fontes partindo do ponto de vista da crítica historiográfica.

A concepção de história presente nos livros que analisamos diz respeito a uma história sem problemas, que narra fatos, lembra e retira das fontes aquilo que convém para uma história de fatos e personagens que “não devem ser esquecidos”, tendo em

⁴ Como esta é uma pesquisa que se encontra em andamento, informações a respeito da quantidade de exemplares produzidos e mais detalhes a respeito de sua circulação e distribuição, bem como de sua utilização efetiva em estabelecimentos de ensino ainda estão sendo levantadas.

vista a parcialidade e seletividade dos temas abordados, das imagens utilizadas e até mesmo dos nomes que são colocados em evidência no decorrer do texto. Desta forma, pretendemos com esta pesquisa observar de que maneira isto é feito com vistas ao ensino, e de que maneira, dentro desses manuais, se defende um modelo de como a “verdadeira história” deveria ser ensinada. Para Carretero, Rosa e Gonzáles (2007), a recordação é feita do que, em cada momento específico da história é considerado digno de recordação, e assim “(...) a memória coletiva é feita também de esquecimentos; de esquecimentos do que, em cada momento, não se considera digno de ser registrado; de esquecimento do que não é memorável, por ser irrelevante, doloroso ou incômodo” (p. 19).

É nesse sentido que podemos observar a construção do discurso histórico em nossas fontes. As noções de identidade que são defendidas por meio da história e da seletividade da memória são construídas e reiteradas pelo mesmo grupo social ao qual se refere. Nesse sentido faz-se necessário observar, a partir das idéias de Le Goff (2003), o jogo que se apresenta entre a memória e o esquecimento. O autor afirma que:

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 2003, p. 76).

Devemos levar em conta que a escrita da história toma proporções diferenciadas à medida que compõe manuais didáticos que vão para as salas de aula para fazerem parte ativamente da construção do conhecimento histórico. Sublinhamos a possibilidade de identificar um “projeto de ensino de história” que deve ser analisado partindo do ponto de vista de que são textos que visam a um objetivo, não são neutros. Afinal, os esquecimentos e os silenciamentos de nossas fontes nos permitem fazer indagações também a respeito da intencionalidade de seu conteúdo. Exemplo disso podemos observar no seguinte trecho do texto intitulado *Esta terra tem dono*, escrito por Alcioly T. G. Abreu, retirado do livro didático “Nossa gente conta nossa história”:

(...) qual foi o mais importante **cacique guarapuavano**? Perguntei-lhe.

- Foi o Cacique Pahy, dos Camés, pois **foi graças a ele que Guarapuava foi colonizada**. Foi ele quem pacificou os Camés e os Votorões; nesta região viviam três tribos da raça Kaingang: “os

Camés, os Votorões e os Cayeres” (ABREU, 1986, p. 57, grifos nossos).

O texto vem seguido de vocabulário, estudo do texto e atividades de interpretação que trabalham o conteúdo e as conceituações. Notamos que esse também é um dos exemplos daquilo que chamamos de uma história que apresenta uma intencionalidade e carece de uma problematização. Afinal, o Cacique Pahy aparece como “Cacique Guarapuavano”, mesmo antes de a cidade ser consolidada enquanto povoamento ou de ter o nome de Guarapuava. Outro elemento é que a colonização não aparece como um processo de sobreposição ou até imposição da colonização européia sobre a população nativa, pois o cacique é uma figura amigável na medida em que, “graças” à sua ação de pacificar os “selvagens”, é que o território de Guarapuava pode ser colonizado. Não podemos perder de vista que este livro foi feito para ser utilizado no ensino de 1º a 4º série, o que exige uma maneira diferenciada de tratar os conteúdos, mas o que se percebe é uma maneira um tanto “romântica” de se abordar um assunto que deveria ser problematizado.

Gontijo (2003) em artigo intitulado “Identidade nacional e ensino de história: a diversidade como patrimônio sociocultural” discute a temática da identidade nacional e a maneira como a formação de uma “cultura brasileira” se apresenta pensada a partir dos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais). Neste âmbito, a autora observa as discussões de Dominique Borne, onde esta afirma que o ensino de história contribui em certa medida para a construção de cidadãos que se sintam participantes de uma comunidade, “enraizados em uma memória” que não exatamente a da nação. Como diz Borne:

(...) o estudo da história favorece a construção de uma “cultura de participação” em “comunidades imaginadas”, sejam elas relativas a grupos ou à comunidade nacional mais ampla e englobante. Para além disso, o professor de história pode ensinar os alunos a se apropriarem de uma linguagem específica (aprendizagem das operações intelectuais que permitem a construção de um discurso histórico) (...) (*apud* GONTIJO, 2003, p. 70).

O ensino de história, em certa medida, está ligado à identificação e ao pertencimento, e isso pode ocorrer tendo em vista a apropriação de uma conceituação crítica dependendo do trabalho do professor, ou de outro modo, atuando no favorecimento da conservação de idéias como as que temos em nossas fontes. Esses

“mitos históricos” algumas vezes parecem permanecer mesmo que se tente sua desconstrução, como no caso do exemplo que citamos acima do “Cacique Guarapuavano”. Gontijo (2003) ainda afirma que a história é responsável por fornecer a “matéria prima” para o sentimento de pertença, sendo que o problema reside então na maneira como esta matéria será trabalhada e qual o sentido será dado para ela, o da desconstrução para uma nova leitura ou o da permanência.

A seletividade da memória, bem como seu processo de rememoração e esquecimento, faz com que as identidades se reiterem para se manterem como sempre foram, ou que se transformem em algo novo, tendo em vista que a identidade é algo dinâmico e joga com a memória. Podemos ilustrar esta questão com um trecho do livro já mencionado, “Guarapuava: história de luta e trabalho” no qual a autora escreve que:

Os primeiros povoadores de Guarapuava foram os portugueses e seus descendentes que residiam em São Paulo, onde exploravam a pecuária (...) portanto, a vocação de pecuarista, de bandeirante e de tropeiro, o GUARAPUAVANO herdou dos paulistas e seus descendentes. As famílias pioneiras de Guarapuava foram: ROCHA LOURES, CHAGAS LIMA, FRANÇA, ALVES, MENDES DE ARAÚJO, CALDAS, MENDES, ABREU, SIQUEIRA CORTES, MARCONDES (...) (MARCONDES, 1998, p. 68).

Fica evidente a partir deste trecho que a rememoração e a lembrança operam no sentido de reforçar uma imagem, de reafirmar a identidade que se quer presente. Tal idéia inscreve-se na discussão empreendida por Chartier (1990), sublinhando que as representações do mundo social são construídas a partir de premissas determinadas pelos grupos que as forjam. Essas representações do social não são discursos neutros, mas visam a algum propósito, produzindo estratégias e práticas, tendendo a impor a autoridade de uns em detrimento de outros, legitimando externamente a constituição de projetos de sociedade, ou justificando, para os indivíduos partícipes deste próprio grupo, escolhas e condutas.

Num primeiro momento entendemos aqui esta representação de que nos fala Chartier como sendo a maneira pela qual a realidade que se vive é intelectualmente construída, posto que os próprios livros que analisamos podem ser tomados como meios e suportes para a representação. É determinado grupo social em sua vivência, atravessado por elementos que permeiam seu convívio, que institui, de acordo com suas

vontades e necessidades, a maneira como sua realidade será dada a ler, e como deve ser entendida. Portanto, observamos que:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (CHARTIER, 1990, p. 17).

Desta forma, temos não apenas textos de livros didáticos e paradidáticos, mas discursos formulados por um determinado grupo social, tendo em vista impor, neste caso a partir do discurso trabalhado nos referidos livros, e reafirmar o seu lugar social. Percebemos também que o conteúdo dos referidos livros ancora-se na utilização de elementos do passado, recorrendo à memória como elemento legitimador de seu discurso.

À medida que se busca no passado os elementos que justificam o pertencimento a determinado grupo social, se estabelecem os parâmetros daquilo que deve ser lembrado enquanto identificação. Para Carretero, a história é “o instrumento privilegiado para diferenciar “nós” dos “outros”, instância na qual se constrói uma identidade relacional” (2010, p. 33). O autor ainda afirma que o terreno da identidade é “irrenunciável” no que diz respeito a algumas utilizações que se faz da história. É nesse sentido que observamos a reiteração de modelos identitários delineados nos textos dos livros didáticos.

Partindo da premissa de que a identidade enquanto elemento dinâmico faz parte da idéia de ensino de história presente nas fontes, e principalmente de uma história que tende a legitimar em certo ponto uma “regionalidade”, atentamos às discussões de Cerri (2008). Escrevendo sobre identidade e ensino de história, o autor afirma que a identidade em nossos dias adquire um aspecto dramático à medida que as próprias transformações no contexto histórico não tendem mais a nos dar certezas, mas sim a nos apresentar a relatividade e a indeterminação. Cerri afirma, a partir das idéias de Ortiz e Giddens, que a modernidade acabou por diluir as fronteiras do que até então era cômodo, reivindicando assim um pertencimento a algo maior, um “pertencimento político-territorial”.

Seguindo nesta visão, existe uma disputa entre a tradição e o novo que, segundo Cerri “trata-se de um verdadeiro campo de batalha, onde o espólio é a identidade

primeira, a auto-definição prioritária na hierarquia de pertencimentos de uma pessoa”(...) (2008, p. 31). O autor sublinha que se faz necessário observar que numa escala menor, cidades e até mesmo bairros tem sido “espaços contraditórios”, onde se encontram e se cruzam “tradições ancestrais” e as questões da modernidade e suas incertezas. O autor entende

o estudo da História Local, dialeticamente, como uma busca do particular e do diferente, daquilo que diverge e relativiza histórias e identidades mais amplas (como a nacional), simultaneamente com a demanda da universalidade humana naquilo que aparentemente é particular (CERRI, 2008, p. 33).

A história local assim apresentada se percebe como *locus* de uma procura por algo que nos faz diferentes e ao mesmo tempo tem a capacidade de nos localizar em meio a uma realidade social. Cerri afirma que se deve tomar precauções com o trabalho com a história local, pois ele necessita ser pautado por referenciais que tenham significados e que consigam assumir significações aos alunos, caso contrário ele não conseguirá atingir o objetivo da construção do conhecimento e cai no vazio, na medida em que “o local não está no espaço e sim na experiência dos indivíduos” (2008, p. 37).

Essas considerações a respeito do trabalho com a História Local dizem respeito a nossa pesquisa a partir do momento que vemos o discurso construído em nossas fontes como algo que há muito tempo vem sendo repetidas num sem número de vezes por aquelas pessoas que se dedicaram a escrever a história do referido município: uma história de fatos e nomes, sem problemas. Outro trecho das considerações de Cerri nos ajuda a pensar esta questão:

O que ocorre é que há uma determinada História Local que se abriga sem problemas debaixo da sombra da História Nacional, assumindo seu papel subordinado em uma identidade planejada e executada de cima para baixo, que se centraliza em uma memória, antes que em uma História (2008, p. 39).

Percebendo desta forma, o autor nos ajuda a considerar alguns elementos de nossas fontes, pois mostra como essas concepções de história e de ensino de história evidenciadas nos manuais que estudamos é uma história que está “debaixo da sombra” de outras histórias e contextos. Na concepção de Cerri, tratando o assunto dessa maneira se contribui para a alienação dos alunos, no sentido de distanciamento sujeito/objeto, pelo fato de que se corre o risco do indivíduo acabar assumindo uma identidade que já

não é mais sua, haja vista que não se leva em consideração as pluralidades e mudanças históricas ocorridas através dos tempos, nem o fato de que “a identidade local para cada sujeito pode ser muitas coisas” (2008, p. 40).

As discussões até aqui apresentadas podem nos dar uma idéia geral a respeito de como pretendemos prosseguir com nossas pesquisas. Conforme explícito com os autores trabalhados acima, o terreno do ensino de história é um espaço de disputas, mas também um terreno fértil para uma leitura crítica da sociedade. Cabe agora, ainda que de maneira muito rápida, pensar um pouco na maneira como alguns autores tem entendido as discussões da identidade.

DISCUSSÕES SOBRE O CONCEITO DE IDENTIDADE

Neste momento do texto nos propomos a pensar sobre o conceito de identidade e como ele fora desenvolvido por alguns autores que, ora defendem a utilização da identidade enquanto conceito e categoria de análise, ora demonstram não acreditar na validade da utilização da identidade.

Pensando na relação apontada por Cerri (2008) entre sujeito e identidade, fazemos recorrência a outro trabalho que discute este aspecto. Hall (2006) abre seu texto com a afirmação de que existe uma “crise de identidade” abalando as estruturas do homem pós-moderno. Para o autor, as fronteiras bem definidas do homem da sociedade moderna o localizavam e definiam no “mundo social e cultural”, premissa que fora abalada na modernidade tardia com o descentramento das identidades modernas.

Hall propõe um “caminho” trilhado desde o iluminismo na tentativa de compreender de que maneira o conceito de identidade transformou-se do “sujeito iluminista” para o “sujeito sociológico”, daí para o “sujeito pós-moderno”. O sujeito iluminista tinha suas bases na idéia centrada do individual, identificando-se com bases em parâmetros de si mesmo. O sujeito sociológico, frente a complexidade do mundo moderno, passa a encarar aquilo que é a partir de seu relacionamento com as outras pessoas, sendo que na pós modernidade, processo atravessado pela “globalização”, as fronteiras entre uma cultura e outra são porosas e possibilitam que nos identifiquemos com várias outras identidades.

Ora, esta seria uma das questões que podemos pensar no momento. Qual seria a essencial diferenciação entre “identidade” propriamente dita e identificação? Hall observa que na pós-modernidade o que se pode chamar de identidade fixa, aquela que estabilizava o homem moderno, não se sustenta devido às próprias modificações históricas de ordens “estruturais e institucionais”. Sendo assim, a identificação seria o processo pelo qual nos projetamos em nossas identidades, e

[...]a identidade torna-se uma celebração móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. [...]Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (HALL, 2006, pp 12-13).

Conforme observamos acima, a identificação pode ser percebida enquanto um processo que culmina na identidade em si. Então, pode-se compreender que na modernidade tardia a identificação pode “acontecer” em várias instâncias e com várias coisas diferentes, possibilitando assim com que a identidade seja móvel, fluída, múltipla e que possa mudar, sem fronteiras.

Nesse ponto fazemos referência a Menezes (2000) quando este faz o seguinte questionamento: identificação faz mais sentido, ou então é mais útil, do que o termo “identidade”. Como pensar agora esta questão? Será que identificação, mesmo sendo destacada como um processo diferente se confunde com aquilo que definimos como identidade? A identificação faz mais sentido então?

Para tentar entender melhor esta questão fazemos referência ao texto de Menezes, “Crítica da noção de identidade cultural”. Nessa reflexão o autor é enfático em dizer que o “conceito” de identidade não se sustenta por uma série de questões, mas que no entanto, utilizar identificação pode ser mais útil e soar menos “artificial” do que identidade. O autor afirma que o que lhe moveu em direção ao esquadramento do conceito de identidade seja sua ampla utilização, que por vezes, na visão do autor, é “inadequada e desnecessária”.

Uma das primeiras problematizações colocadas pelo autor vem de Meyerson e também de Wittgenstein, e diz que falar que duas coisas são idênticas entre si não faz sentido algum, sendo que falar em identidade implica falar em diferença e não naquilo que é idêntico a si mesmo. Menezes acredita que

[...] a identidade é um conceito de ontologia formal, como **ente** ou **uno**, e ele atravessa todos os modos do discurso. Assim, sua preeminência tem como contrapartida sua indeterminação relativa, havendo portanto intrínseca dificuldade de captá-lo em qualquer campo epistêmico, onde sua explicação consiste em evidenciar certo número de paradoxos (2000, p. 8).

Podemos entender que para o autor identidade é um termo que não é propriamente um conceito, mas aparece à sombra de outras problemáticas. Falar de identidade é um processo complexo, pois invoca não aquilo que se é, mais tudo aquilo do que se diferencia e o porque; no caso Menezes evidencia que a questão da identidade propõe mais problemas do que efetivamente os resolve com as análise que pauta.

Outro ponto a destacar se refere às críticas ao trabalho de Hall, já citado neste texto, feitas por Menezes. Este observa que, em outras palavras, a crise não estaria exatamente na identidade, mas sim na maneira como esta fora trabalhada teoricamente, ora, tendo sido propalada a “crise” antes mesmo de ter sido averiguado adequadamente seus usos dentre as Ciências Sociais, tendo sido usada como “moeda corrente” e não como conceito propriamente dito.

Menezes mostra que Hall se contradiz no momento em que este afirma: “a questão da identidade está sendo extensamente discutida na teoria social” (2006, p. 7), e logo após admite que “o próprio conceito com o qual estamos lidando, “identidade”, é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto a prova” (p. 8). E por fim, Menezes ressalta que o próprio Hall defende a ideia de que talvez o melhor seja falar em identificação, ressaltando o caráter de processo em aberto da identidade.

Neste caso podemos pensar o seguinte: dizer que o conceito de identidade está sendo extensamente debatido significa pensar que ele precisa estar maduro ou desenvolvido? Logo depois que Hall evidencia que o conceito de identidade ainda é frágil para ser posto a prova, o mesmo afirma que não quer oferecer afirmações conclusivas a respeito com as proposições apresentadas. Isso não seria então uma afirmação condizente com sua postura no estudo proposto? Cremos que este imbróglio é de difícil resolução, contudo nos faz pensar em qual seria o melhor caminho entre as duas concepções.

Para Hall, a identidade que se apresenta na pós-modernidade é um processo em constante transformação, híbrido e fluido. Nas palavras do autor, “somos confrontados por uma gama de diferentes identidades (cada qual no afazendo apelos, ou melhor, fazendo apelos a diferentes partes de nós), dentre as quais parece possível fazer uma escolha” (2006, p. 75). E com isso podemos pensar nos elementos postos por Menezes: ora, não faria mais sentido, no caso da citação acima, pensar em identificação do que em identidades? Se esse processo se apresenta como fluido sendo possível abarcar diferentes categorias, como se sustenta a idéia de crise de identidade?

Já Menezes faz uma crítica pesada e contundente em todo seu texto, e conclui afirmando que

[...] esse termo identidade é o clichê ou rótulo mais lábil e fluido que as Ciências Sociais jamais adotaram. Tudo quanto antes era conhecido como filiação, fidelidade, laços, vínculos, pertencas, lealdades, padrões, tradições culturais, status, papéis, atitude, crença, mentalidade, condição, aspecto, traço, caráter, etc., tudo hoje recebe levemente o nome de identidade. Ora, uma noção que serve para definir tudo, não define nada. Como qualquer outro lugar-comum, esse termo retira sua força e prestígio do fato de dispensar a análise crítica e a reflexão sistemática (2000, p. 15).

Diante tal afirmação, encontrar um caminho em meio a essa duas concepções tão diferentes não é tarefa fácil. No entanto cremos que as proposições levantadas por Menezes tem sentido se vistas a partir do emprego teórico do conceito de identidade. Acreditamos sim, ser o termo identidade um conceito; ora, até agora foi dessa maneira que o utilizamos em nossos trabalhos. No entanto é profícua a tentativa de não pensar o conceito identidade como um guarda-chuva, ou um remédio capaz de curar qualquer mal.

Na esteira desta discussão, outro trabalho importante de ser destacado é o artigo de Brubaker e Cooper (2000). Os autores afirmam que o termo identidade é essencialmente ambíguo, e que as ciências sociais acabaram por se render a ele sem, contudo, contabilizar os custos. Nessa concepção identidade pode significar tudo, se entendida em seu sentido “forte”, ou muito pouco se entendido em seu sentido “fraco”, e que pode também não significar nada, devido a sua ambigüidade. Para Brubaker e Cooper

We argue that the prevailing constructivist stance on identity – the attempt to “soften” the term, to acquit it of the charge of “essentialism” by stipulating that identities are constructed, fluid, and multiple – leaves us without a rationale for talking about “identities” at all and ill-equipped to examine the “hard” dynamics and essentialist claims of contemporary identity politics (2000, p. 01).

O caráter fluido e múltiplo atribuído à identidade faz com que por vezes se esse termo se esconda por trás de outros conceitos que explicariam melhor alguns fenômenos. Quanto mais se multiplicam os sentidos que este conceito pode ter, mais ele perde o valor enquanto categoria analítica: “if identity is everywhere, it is nowhere” (BRUBAKER; COOPER, 2000, p. 01). Para os autores é importante salientar que identidade é um termo chave na compreensão da política contemporânea; no entanto isso não significa tornar ou utilizá-lo enquanto um disfarce “raso e indefinido”. Ainda diferenciam que identidade serve tanto como prática social quanto como categoria de análise, sendo importante não adotar uma pela outra: “But we should avoid unintentionally reproducing or reinforcing such reification by uncritically adopting categories of practice as categories of analysis” (2000, p. 05).

Um dos maiores questionamentos dos autores neste trabalho é se, dado a ambiguidade e contradições que o termo identidade carrega, sendo tão oneroso, seria realmente necessária sua utilização? Brubaker e Cooper afirmam que não se convencem de que o termo identidade é realmente indispensável:

If one wants to trace the process through which persons sharing some categorical attribute come to share definitions of their predicament, understandings of their interest, and a readiness to undertake collective action, it is best to do so in a manner that highlights the contingent and variable relationship between mere categories and bounded, solidary groups. If one wants to examine the meanings and significance people give to constructs such as “race”, “ethnicity”, and “nationality”, one already has to thread through conceptual thickets, and it is not clear what one gains by aggregating them under the flattening rubric of identity. And if one wants to convey the late modern sense of a self being constructed and continuously reconstructed out of a variety of competing discourses and remaining fragile, fluctuating, and fragmented it is not obvious why the word identity captures the meaning being conveyed (2000, p. 09).

Assim como a ideia defendida por Menezes, os autores questionam se não faz mais sentido usar os outros termos que, em sua concepção, são escondidos pela ambigüidade e generalidade da identidade. Ao invés de falar em identificação,

solidariedade de grupo, ou então analisar como se dão as construções de conceitos como raça, etnia e nacionalidade, se homogeneiza tudo sob a designação de identidade; é o aprisionamento de vários significados em uma só palavra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe agora, a partir do exposto, decidir que rumos vamos tomar ao nos defrontarmos com a análise de nossas fontes. Os livros didáticos e paradidáticos que analisamos desenvolvem seus conteúdos pautados pela idéia da existência de uma “identidade guarapuavana”, idéia esta que não faz parte apenas de nossas análises, e sim se encontra expressa textualmente na escrita das autoras. Sendo assim é inevitável no estudo das fontes não nos reportarmos à discussão de identidade; se faz necessário então resolver como este será visto por nós no sentido de não pender nem a um extremo – o de negar a existência e a utilidade do conceito – nem ao outro, acreditando que o conceito pode explicar mais do que aquilo que realmente é capaz.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. (orgs.) *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

AGUIAR, Edinalva Padre; FONSECA, Selva Guimarães. Livro didático e ensino de história: aproximações e distanciamentos com o currículo oficial. In: FONSECA, Selva Guimarães. *Currículo e ensino de história: entre o prescrito e o vivido*. Vitória da Conquista/BA, Brasil (1993/2000). Disponível em: [HTTP://www.btdt.ufu.br/tdearquivos/9/TDE-2007-03-02t062656Z-477/Publico/EPAguiarDISSPRT.pdf](http://www.btdt.ufu.br/tdearquivos/9/TDE-2007-03-02t062656Z-477/Publico/EPAguiarDISSPRT.pdf). Acesso em 07 de junho de 2010.

BEZERRA, Holien Gonçalves. Ensino de história: conteúdos e conceitos básicos. In: KARNAL, Leandro. (Org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 37-48.

BITTENCOURT, Circe Maria F. Livro Didático entre textos e imagens. In ____ (orgs.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1998.

BRUBAKER, Rogers; COOPER, Frederick. *Beyond “Identity”*. Theory and Society. Vol. 29, n. 1, p. 1-47, 2000. Fev. 2000.

CARRETERO, Mario. *Documentos de identidade: a construção da memória histórica em um mundo globalizado*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CARRETERO, Mario; ROSA, Alberto e GONZÁLES, Maria Fernanda (orgs.). *Ensino da história e memória coletiva*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CERRI, Luis Fernando. Cidade e identidade. Região e ensino de história. In: ALEGRO, Regina Célia. (orgs.). *Temas e questões para o ensino da história do Paraná*. Londrina: EDUEL, 2008.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da história ensinada*. 4. ed. Campinas: Papirus, 1993.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática do ensino de história: experiências, reflexões e aprendizado*. 2. ed. Campinas: Papirus, 2004.

GONTIJO, Rebeca. Identidade nacional e ensino de história: a diversidade como “patrimônio sociocultural”. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. (orgs.) *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LE GOFF, Jacques. Memória. In__ *História e Memória*. 5º ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003. xxx

MENEZES, Eduardo Diatahy B. de Menezes. *Crítica da noção de identidade cultural*. Paper apresentado na XXII Reunião Brasileira de Antropologia. Simpósio 02: —Subjetividade, Identidade e Brasilidade||. Brasília, jul. 2000.

MUNAKATA, Kasumi. Histórias que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil. In: FREITAS, Marcos César de. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. Belo Horizonte: Autentica, 2004.

LISTA DE FONTES:

ABREU, Alcioly T. G.; MARCONDES, Gracita G. *Símbolos de Guarapuava*. Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava: Guarapuava, 1988.

ABREU, Alcioly T. G.; MARCONDES, Gracita G. *Escravidão e trabalho*. Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava: Guarapuava, 1991.

Governo do Município. Guarapuava. *Nossa gente conta nossa história*. 1986.

MARCONDES, Gracita Gruber. *Guarapuava: história de luta e trabalho*. Guarapuava: UNICENTRO, 1998.

MARCONDES, Gracita Gruber. *Duzentos anos de uma caminhada histórica: 1810-2010*. Guarapuava: O Autor, 2010.